

Congresso quer mais poderes

JORNAL DE BRASÍLIA

17 DEZ 1991

José Luiz Alves

Ainda não se sabe se o novo Congresso, vai mudar o País para melhor ou pior. O que existe de concreto é que há, entre os novos congressistas, uma visível determinação de estar presente aos grandes debates e o desejo claro de participação não só nos problemas e trabalhos do Parlamento, mas também em todas as decisões a nível de governo.

Isso, ao que parece, acabará produzindo, muito em breve, um confronto com o Poder Executivo, porque o governo do presidente Fernando Collor, na verdade, tem sido o menos político e o mais fechado de todos os governos dos últimos 50 anos, incluindo a ditadura militar. Esta opinião é do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP).

Contudo, o espírito voluntarioso dos novos parlamentares vai esbarrar nos trâmites burocráticos e regulamentos internos da Casa, barreiras, às vezes, quase intransponíveis ao bom exercício e movimentos rápidos e eficientes do Parlamento.

Esvaziamento

Se, na votação do pacote econômico, os novos parlamentares, somados aos reeleitos, conseguirem impor ao Executivo uma derrota, o que, no entender de alguns, é pouco provável, uma vez que o bloco de apoio ao governo hoje é composto de maioria nas duas Casas, haverá um conflito acentuado entre os dois poderes. Todavia, se isso não ocorrer o Parlamento corre o

sério risco de cair no mesmo processo de exaustão e esvaziamento das legislaturas passadas.

A preocupação visível dos novos congressistas é no sentido de que o Legislativo não volte a repetir falhas do passado, como, por exemplo, a desgastante discussão em torno de quatro ou cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, adiando temas importantes para a vida da Nação, como a decisão sobre a implantação do regime parlamentarista ou a permanência do presidencialismo.

O porta-voz econômico do PDT na Câmara, deputado Carrion Júnior (RS), cumprindo seu primeiro mandato, assegura que os interesses do governo colidem frontalmente com o Congresso, e que isso ficou claro na condução pelos líderes dos partidos que apoiam o Executivo no encaminhamento das votações das últimas medidas provisórias. Carrion Júnior lembra que o governo tem mostrado desprezo com a oposição e diz: "Está mais fácil derrubar as medidas provisórias no plenário do que alterar seu texto, melhorando sua execução, principalmente quando se trata de proposta da oposição".

Primeiro choque

Num ponto, tanto a oposição como os líderes do governo no Congresso concordam. Se os oposicionistas vão trabalhar na busca de novos espaços e diminuir o poder do Executivo nas decisões políticas e administrativas, as lideranças governistas lutarão com unhas e

dentos no sentido de preservar intactos todos os poderes na mão do Presidente da República e sua equipe. A prova disso é que, até agora, se um projeto é aprovado no Congresso encontra sérias dificuldades com o veto presidencial, que cria obstáculos quase intransponíveis para os parlamentares.

Na realidade, o que existe é uma vontade unânime de aumentar a transparência do Congresso e sua administração, reforçada na autonomia e nas votações, principalmente da regulamentação das medidas provisórias, somando-se a isso o pensamento progressista dos que foram reeleitos.

Coligações

Numa análise mais profunda do perfil dos partidos que formam as alianças potenciais que apoiam as decisões do presidente Fernando Collor (PFL, PRN, PTB, PDS, PDC, PSC, PL, PRS, PST, PTR e PDS) chega-se ao somatório de 255 parlamentares que estarão sempre dispostos a votar com o governo. De outro lado, a aliança dos progressistas, somados os deputados do PDT, PT, PSB, PCB e PC do B, conta com exatos 100 votos. Admitindo-se que o PSDB integre este bloco, chegaria a 138 votos. Para um equilíbrio quase perfeito, os 108 votos do PMDB são fundamentais para definir as votações na Câmara, o que permitiria alcançar 246 votos.

No Senado, o quadro é o mesmo. Os possíveis aliados do presidente Fernando Collor alcançam a maioria de 34 votos. A força dos

progressistas, inclusive todo o PSDB, chega a 17. Portanto, mais uma vez o PMDB será o fiel da balança. Pelo que se viu na Constituinte, a estimativa é de que haverá entre 17 e 27 votos no Senado.

Reforma agrária

O pessoal da chamada bancada ruralista, que tem como líder o goiano Ronaldo Caiado e formada por parlamentares tipicamente aliados à União Democrática Ruralista, a UDR, estará sempre contra os apelos dos progressistas, que lutam pela reforma agrária, principalmente os do PT, que brigam pela melhoria de renda dos assalariados do campo.

Ao lado de Caiado, estará um outro parlamentar, representante da não menos poderosa Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FESP), o deputado Fábio Meirelles, do PDS, que tem apoio de federações e entidades fortes de outros estados.

Os pequenos produtores rurais e os sem-terras, que lutam pela reforma agrária, terão o apoio do PT, e de uns poucos parlamentares do PCB, do PDT e do PMDB, mas indiscutivelmente esse grupo não terá forças suficientes para se opor, durante os debates, às questões fundiárias com os representantes dos grandes produtores, que, segundo um levantamento do DIAP, ao lado de Ronaldo Caiado e Fábio Meirelles, somam 105 parlamentares, fora outros que na hora da votação somam a favor dos grandes produtores.